

A relação entre o biopoder e a medicina¹

Ursino Neto

“o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte. (...) Abre-se, assim, a era de um “bio-poder”” (Michel Foucault, *História da sexualidade I: A vontade de saber*).

“O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica”. (Michel Foucault, *Microfísica do poder*). (Grifos meus).

SUMÁRIO

- 1 Considerações iniciais
- 2 Revisão da temática do biopoder
- 3 A relação entre o biopoder e a medicina
 - 3.1 A medicina como uma *estratégia biopolítica*
 - 3.1.1 O saber médico como uma *técnica da anatomo-política*
 - 3.1.2 O saber médico como uma *técnica da polícia médica*
 - 3.1.3 O saber médico como uma *técnica da política de controle genético*
- 4 Considerações finais

1 Considerações iniciais

Bioética é um neologismo concernente à relação entre dois signos: *bio* e *ética*. Trata-se de um saber contemporâneo que adquiriu um caráter polissêmico na cultura ocidental, pois é compreendido a partir de diferentes conotações.

O referente *bio* é proveniente do campo da biologia e, para as correntes de pensamento tradicional da bioética, diz respeito, sobretudo, à concepção de vida humana.

Embora para Van Potter, o inventor da nova palavra no início dos anos de 1970 nos EUA, o conceito de vida deveria ser extensivo e aplicado para o conjunto dos seres vivos do planeta Terra.

Atualmente, o sentido hegemônico do conceito de bioética a situa como “mediadora” do conflito entre a inovação biotecnológica e a moral.

Nesse contexto, se considera a biotecnologia como um produto que causa impacto social provocado pelo avanço da ciência e os valores morais sendo componentes da tradição da cultura².

¹ Texto didático 9 (graduação 2020.1), uma referência para produzir um *exercício de experiência ética*.

² Cf. Texto didático 2: *O conceito de bioética como ética-da-vida ou aionética*.

O outro signo constituinte do neologismo bioética é uma justaposição inapropriada, pois o significado originário de *ética* advém do campo filosófico grego clássico e concerne ao *caráter* do indivíduo, ao seu *modo de ser*, à sua *singularidade* ou ao seu *Ethos*.

Então, para haver coerência entre o conteúdo expresso no saber e o seu sentido de origem, o étimo adequado é *biomoral*.

Contudo, a palavra bioética já está consolidada na cultura ocidental pelo senso comum que a considera como sendo um saber regulador, mediando intervenções que incidem sobre a vida humana, por exemplo, na pesquisa praticada em seres humanos na biomedicina.

No Curso de Medicina da FAMED/UFC, o nosso módulo, *Bioética e Cidadania*, resgatou a concepção original de *ética* e inventou um novo significado para dar um valor genuíno à bioética: *ética-da-vida* ou *aionética*.

Uma das suas características é a *resistência ao biopoder*.

De imediato, se capta a semântica que estabelece uma justaposição de dois étimos na palavra biopoder, designando uma relação que alterna tanto o poder sobre a vida como também o poder da própria vida ou biopotência.

O objetivo do texto didático é ampliar o estudo anterior³ do conceito de biopoder, direcionando agora para abordar a relação entre ele e a medicina.

2 Revisão da temática do biopoder

Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês, professor e pesquisador do *Collège de France*, elaborou o conceito de poder não seguindo a trilha da filosofia política tradicional, mas o produziu por um prisma distinto e por intermédio de um método próprio.

Ele buscou compreender como o poder se torna efetivo, como é aplicado para fazer funcionar uma prática e desvelou aquilo que opera e age na vida humana concreta: as *relações de poder*.

Para Foucault, o poder não é um “objeto natural”, algo que se detém como uma coisa ou mesmo um pertence, mas aquilo que “se exerce, só existe em ação, (...) é (...) acima de tudo uma relação de força”⁴.

A investigação foucaultiana abriu uma nova perspectiva para a compreensão do significado, do valor e da definição do poder porque o associou intrinsecamente a outro conceito - o *saber*.

Para o filósofo francês, saber é poder e vice-versa. Eles são lados distintos de uma relação de equivalência. Ambos se implicam mutuamente, se pertencem: são entrelaçados, são congeminados, são co-originários.

Não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder.

Em síntese, todo saber é produção de um poder e a aplicação de ambos se faz em um uso conjugado constituindo um *dispositivo* que se manifesta como um *poder-saber* ou *saber-poder*.

O filósofo italiano Giorgio Agamben⁵, interpretando o conceito de dispositivo a partir da obra de Foucault, o resume como sendo um conjunto heterogêneo de elementos constitutivos de uma rede articulada em instituições, discursos, regras, leis,

³ Cf. Texto didático 3: *O que significa biopoder? O impacto sobre o indivíduo e a sociedade*.

⁴ Cf. FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 22ª ed. São Paulo: Graal, 2006, p. 274.

⁵ Cf. AGAMBEN, G. *O que é um dispositivo?* Acessível em www.periodicos.ufsc.br

medidas de segurança, proposições filosóficas etc. que têm uma função estratégica concreta e se inscrevem em uma relação de poder.

Um dispositivo tem a capacidade de interceptar e modelar o comportamento do indivíduo e de uma coletividade capturando os gestos, as condutas, as opiniões e o próprio modo de pensar a realidade.

Enfim, o dispositivo controla a forma de vida.

Portanto, ele implica um processo de subjetivação, um arcabouço limitante da subjetividade que poderá atingir o *assujeitamento* para atender o interesse da *governamentalidade* situada na instância do poder.

Michel Foucault detectou na sua pesquisa a mudança ou a reviravolta ocorrida na Modernidade com o advento institucional do Estado envolvendo as relações entre a política e a vida humana.

Dele é uma frase, já clássica, frequentemente reproduzida por seus intérpretes: “O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão”⁶.

Qual é a interpretação deste pensamento?

Enquanto na antiguidade clássica, o homem era definido pela racionalidade que o conduzia a buscar na vida política a sua essência ou a sua condição humana; com a constituição do Estado Moderno, o cerne da política passa a configurar-se em um tipo de racionalidade exterior à formação do homem e, sobretudo, com outra finalidade, isto é, a política visará à regulação e ao controle da sua vida.

Eis a trilha que se seguirá para compreender e problematizar o significado e o valor entre as *relações de biopoder* e a *medicina*.

Foucault reconfigurou historicamente o *poder* no Ocidente representando-o como um regime de dupla face: o primeiro, denominado de *poder soberano* e o segundo de *biopoder*.

Esta palavra - biopoder - também é um neologismo proveniente dos anos de 1970, inventado e desenvolvido por ele para, inicialmente, abordar uma especificidade: o controle da vida humana pesquisado na história da sexualidade na cultura ocidental.

Em linhas gerais, o *poder soberano* funciona como um modelo vertical em que o rei, o imperador ou o senhor feudal exercem o poder como um direito, ou antes, como uma possessão sobre a vida e a morte dos seus súditos.

A sua principal característica é o poder de *fazer morrer*. Tal regime pervagou desde a idade antiga até a época moderna com a eclosão da figura do Estado.

Ao tipo descrito como *poder soberano* ou o *poder de morte*, o filósofo francês confrontou o outro originado da implantação do Estado Moderno em que a marca peculiar se tornou o *poder de fazer viver* ou o “poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte”.

Para este regime, Foucault inventou o termo *biopoder* focando nas relações de forças sociais que atuam no controle e no molde da vida humana.

As funções características do biopoder formatando a sociedade foram e ainda são: o controle do tempo, a organização do espaço, a vigilância e o registro de informações.

A origem do biopoder advém de uma estratégia de racionalidade administrativa, a *governamentalidade*, ou seja, da intenção prática de governar as instituições ou a “máquina” do Estado.

⁶ Cf. FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 21ª reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011, p. 156.

Historicamente, duas expressões dele foram identificadas: o regime *disciplinar* e o regime da *biopolítica*.

No contexto de sua implantação, a partir do final do século XVII, o biopoder estabeleceu inicialmente a *disciplina* como uma *técnica*.

Técnica é um saber aplicado a um procedimento constituído de etapas que se seguem para atingir um determinado resultado.

No caso específico do biopoder, a disciplina tinha como alvo monitorar o corpo e o tempo dos homens, com isso, transformando-os em força e em tempo de trabalho.

Esta formatação humana em indivíduos produtivos atendeu à finalidade e ao interesse do liberalismo, o incipiente sistema econômico que se fará hegemônico como capitalismo no século XIX.

A relação de poder que se manifesta no plano da disciplina produz normas, na maioria das vezes, indutoras de imposições coercitivas, um molde moral afetando a forma de vida humana.

A consequência disso se denomina *normatização* e está presente na fábrica, na escola, no hospital, na caserna, na prisão etc.

Como disciplina, o biopoder adveio da economia política visando à subordinação da força vital do homem para impor-lhe uma dupla condição instrumental: ser útil para a economia e ser subserviente para a política de quem governa. Tal estratégia perdura até hoje.

A segunda representação do biopoder é o regime da *biopolítica*.

Enquanto o alvo da disciplina é capturar o corpo individual, a finalidade da biopolítica é o controle da *população*.

O conceito de população é interpretado não como um referente designando seres vivos estabelecidos e vivendo em uma determinada área geográfica, mas significando um conjunto homogêneo representativo de uma amostra relativa aos processos coletivos da vida social como o nascimento, a duração da vida, a mortalidade, a saúde pública etc.

É preciso destacar que o biopoder atua nos dois planos simultaneamente: tanto em nível do corpo do indivíduo como em nível da população, abrangendo a totalidade da vida humana.

Esses dois tipos de intervenção sobre a sociedade, a disciplina e a biopolítica, formam um sistema de rede integrado.

O biopoder serviu para assegurar a inserção controlada dos corpos no aparelho produtivo e para ajustar os fenômenos da população aos processos econômicos, sendo assim um elemento indispensável para assegurar o desenvolvimento do capitalismo por intermédio da *mais-valia*.

Ele é um *poder-saber* que se instala como verdade reproduzindo na sociedade um modelo moral de normalização, determinando o poder de controle sobre o homem como ser vivente, incidindo sobre a sua forma de viver, encarcerando o seu modo de ser, o seu *Ethos*.

Por mais de uma década, Michel Foucault estudou e pesquisou as forças condicionantes das relações de poder sobre a subjetividade humana estruturando-a e formatando-a.

Entretanto, ele não permaneceu somente no aspecto negativo da interpretação conceitual, pois detectou e expôs também o sentido propositivo da produção afirmativa do sujeito possibilitando-o como um ser inventivo.

Resumindo em termos gerais, no processo de formação da subjetividade, da constituição do sujeito humano ou da subjetivação, a característica intervencionista do biopoder gera duas condições:

A primeira, Foucault denominou de *assujettissement*⁷. A tradução deste termo é múltipla: “assujeitamento”, “subjugação”, “sujeição”.

Trata-se de um condicionamento coercitivo que nos constrange e nos torna “sujeitos menores” e submissos.

A segunda condição é reativa. Esta força contrária é oriunda e estabelecida pelo outro conceito que se conjuga com o poder, isto é, o saber.

Quando se impõe uma norma, naturalmente, se instala um constrangimento e um limite; porém, ao mesmo tempo, também se oportuniza um contraponto, uma emulação por intermédio da resiliência produzida pelo saber que gera mobilização e promove a liberdade potencializando a vida humana.

Portanto, dentro da própria rede do poder se encontra *resistência* e *resiliência*⁸ de um saber.

Para o saber da bioética como *ética-da-vida* ou *aionética*, elas têm início com a *crítica* que se faz à captura do nosso modo de ser.

Em outras palavras, criticar é desvelar aquilo que é determinado, estabelecido institucionalmente como verdade, incidindo sobre o que se sabe e sobre o que se faz.

Para nós, resistir e ter a capacidade de resiliência é ultrapassar o *assujeitamento* imposto pelo biopoder.

A esse processo da constituição do saber resiliente capaz de resistir e se tornar libertário, Foucault compreendeu como uma *prática da liberdade*.

Entretanto, a sua morte precoce o impediu de elaborar melhor e desenvolver este conceito. Embora em sua obra terminal, haja o direcionamento para uma estética da existência.

A partir daqui, nós realizaremos o nosso próprio salto.

A nossa prática da liberdade será o *exercício de experiência ética* ou a *invenção-de-si* adquirida e efetivada por intermédio do PensArteCorpo.

Concluindo, é necessário interpretar a relação entre o biopoder e a subjetividade humana como uma condição de permanência e de inquietude:

De um lado, se determina uma imposição, o *assujeitamento*; mas, do outro, existe a *coragem inventiva* criando as possibilidades de emancipação com os saberes que propiciam a eclosão de novas *formas-de-vida* do homem.

3 A relação entre o biopoder e a medicina

Michel Foucault mostrou em sua pesquisa o porquê um determinado saber integra as relações de poder sendo interpretado como um dispositivo político.

Seguindo a sua sinalização, se anuncia o questionamento essencial do texto didático: como e por que o saber médico foi posto na rede do biopoder na cultura ocidental?

Com a Modernidade, a partir da configuração do Estado, o biopoder se desenvolve e se instala associado ao saber da biologia que se apresenta como aspirante ao rótulo de “ciência”.

O saber biológico, embrionário no século XVIII, mas elaborado e consolidado no século seguinte, tornou-se o padrão da “ciência moderna” estabelecendo o conceito

⁷ Cf. HEYES, CJ. *Subjetividade e poder* in Dianna Taylor (ed.) *Michel Foucault: conceitos fundamentais*. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 204.

⁸ Resistência e resiliência não são o mesmo, mas congeminados na ampliação do campo interpretativo do conceito de poder que se realiza aqui. Resistência é ação contrária a uma imposição e resiliência é a energia ou capacidade física de superar as alterações adversas do meio.

de vida como um paradigma de “representação da natureza” sendo a principal fonte de referência para a determinação da norma sobre ela.

Desse acontecimento emergiram consequências significativas como a proliferação de tecnologias políticas investindo sobre o corpo e sobre o conjunto da população explorando sub-repticiamente as condições de vida da existência humana como um todo desde o modo de alimentação até o controle da prática sexual.

Assim, a governamentalidade, também chamada “razão do Estado”, arditosamente se apropriou do saber biológico e o utilizou como um instrumento eficiente, um recurso sistemático de “gestão dos seres vivos”.

O efeito histórico dessas tecnologias de poder centradas na vida instaurou na cultura ocidental um modelo ainda vigente chamado sociedade de normalização, hoje também conhecido como sociedade de controle.

Então agora se põe o questionamento basilar para se compreender o cerne da pesquisa deste texto didático:

Qual dentre os saberes biológicos presentes no contexto da Modernidade em cujo conteúdo perpassa o conceito de vida, sobretudo, a humana, atenderia melhor a finalidade do biopoder tornando-se um dispositivo político exemplar?

Indubitavelmente, a resposta é o saber médico.

Assim foi inserido o saber da medicina na rede do poder como uma estratégia da política do Estado.

O discurso e os “enunciados científicos” do saber médico foram apropriados para servirem de “representação da verdade” determinando para o indivíduo e para a sociedade uma norma ou um valor moral inquestionável.

3.1 A medicina como uma *estratégia biopolítica*

O saber biológico da medicina se impôs como “ciência” por meio de técnicas e dispositivos intervencionistas, deslocando-se do conhecimento específico situado no âmbito das doenças e enfermidades para atingir a vida em geral como uma *biopolítica* ou *política do Estado* obediente ao interesse da governamentalidade de quem está no poder.

Em síntese, a medicina foi utilizada como um engodo do biopoder por intermédio de dois artifícios articulados: como portadora de um discurso científico da verdade e como fiadora da normalização da vida.

3.1.1 O saber médico como uma *técnica da anatomo-política*

De início, no final do século XVII, o biopoder incidiu sobre os indivíduos inserido em um saber que se expressava como um dispositivo técnico - a *disciplina* - cuja peculiaridade de atuação em várias áreas regulava detalhadamente as atividades do corpo atendendo ao interesse da “razão administrativa” ou “governamentalidade” do Estado.

A investidura do desenvolvimento econômico atingiu o plano biológico no segmento somático, transformando o corpo em função da força produtiva.

A frase sintética de Michel Foucault diz tudo: “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo,

investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica”⁹. (Grifos meus).

Daqui se pode afirmar que, a partir daquele contexto, a medicina se expressou como uma *anatomo-política*.

3.1.2 O saber médico como uma *técnica da polícia médica*

Em seguida, o conhecimento médico foi aplicado à esfera populacional.

Antes da Revolução Industrial, o atendimento básico da clínica médica era relativo ao indivíduo enfermo e só abrangia a comunidade quando a sua atuação se efetivava em práticas de segregação ou isolamento com a finalidade de debelar epidemias.

Entretanto, com a expansão capitalista via desenvolvimento industrial, uma força de trabalho eficaz e de boa qualidade tornou-se uma exigência do sistema econômico; nesse contexto, para atender aquela finalidade, a prática médica foi desviada para outro modelo de assistência, passando da lógica do atendimento individual para a assistência de um grupo ou de uma população.

A partir da racionalidade produtiva gerida pelo Estado, a governamentalidade, o médico se torna o “profissional” designado para “proteger” a sociedade e controlar um determinado território afetado por algum tipo de “patologia social” (exemplo, “enfermidade contagiosa” do tipo sífilis) atuando como um agente da nova política estatal chamada *Polícia*¹⁰.

Assim surge e inaugura-se outra modalidade de assistência médica: a *Medicina Social* cujo nome original guardava o sentido de “Medizinichepolizei” (*Polícia Médica*) no antigo Estado da Prússia (hoje Alemanha).

A partir desta fonte originária foi produzido e desenvolvido um campo do saber médico com características peculiares, com diversos matizes relacionados ao próprio contexto da sua época histórica e do seu lugar de atuação exemplificados na *Medicina Preventiva* dos anos de 1960 e na contemporânea *Medicina da Família e Comunidade*.

3.1.3 O saber médico como uma *técnica da política de controle genético*

Partindo de parâmetros atuais, uma hipótese se anuncia ao pensar o saber médico que se esboça no presente, projetando-o como uma “medicina do futuro”:

Se, outrora, o saber instrumental médico era pautado em função do restabelecimento da “ordem vital” e da “normatividade” do corpo; hoje, já se desenha um novo modelo de *biopolítica* atingindo e controlando a vida humana em sua estrutura molecular e genética.

Genericamente, esse saber se denomina de *biotecnologia*.

Ela funciona em nome da “prevenção de patologias e enfermidades” que podem se manifestar no futuro, intervindo no corpo dos indivíduos antes do aparecimento de sinais e sintomas.

A biotecnologia também incrementa as capacidades do corpo e da mente humanos, alterando-as como força, longevidade, atenção, inteligência etc.

⁹ FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 22° ed. São Paulo: Graal, 2006.

¹⁰ Na origem, *polícia* era o termo genérico para a política relativa às várias ações que o Estado empreendia principalmente nas áreas de segurança e de saúde.

Trata-se, sem dúvida, de uma atuação do biopoder que alguns autores se referem como uma disciplina do micro ou uma *subdisciplina*¹¹.

O *biocapital* é o poder que modela esse campo e investe na biotecnologia transformando os seus produtos em mercadorias (como sequencia de DNA, células-tronco, produção de novos tecidos etc.) capturando o homem para um consumo que o torna, cada vez mais, “artificial” em sua natureza biológica.

Adentrou-se na era da política vital em que o saber em questão é capaz de controlar o genoma, os neurotransmissores, a biologia molecular.

A comparação com o pensamento do filósofo italiano Giorgio Agamben¹² é possível, quando ele denuncia o estado de exceção como uma estratégia política de governo que intenciona controlar a vida no seu nível mais elementar, ou seja, a vida como *zoé* ou vida nua.

Aqui a própria vida humana em sua singularidade está sendo capturada pelo domínio da decisão e da escolha pertencentes ao biocapital.

Por fim, tendo compreendido o campo crítico que interpreta a biotecnologia, cabe ressignificar o contexto com novos questionamentos:

O que ou quem estabelece o valor da biotecnologia? Ela instaura que tipo de normalização da vida? De onde partem os enunciados discursivos que visam instaurar a moralidade social da biotecnologia? Tais discursos têm legitimidade? Quais os critérios de bioética exigidos no âmbito da aplicação dessa biotecnologia?

Respostas surgem de enunciados que se dizem “verdadeiros” partindo de várias áreas: da medicina, da genética, da pesquisa em biomedicina e da própria indústria farmacêutica privada.

Prudentemente, atenção para não sucumbir no engodo.

A nossa resposta sucinta e crítica: alguns desses discursos não têm legitimidade, pois arditosamente buscam fundamento em nome de supostos “princípios éticos” e se escondem atrás da máscara do saber da “bioética” utilizando-o para controlar os procedimentos burocráticos de instâncias regulatórias e, conseqüentemente, manter o *status quo* da moral vigente que satisfaz os seus interesses.

O nosso desafio é defender critérios bioéticos de resistência a essa farsa.

5 Considerações finais

O biopoder é definido como um dispositivo da governamentalidade moderna atendendo historicamente os interesses do capitalismo, agindo por meio do saber da medicina sobre o corpo e sobre a população.

Contudo, é necessário reafirmar: a vida não pode ser reduzida e nem prescrita por sua condição biológica específica.

A vida humana por mais simples, repetida e até mesmo socialmente imposta, conserva a dupla condição de resiliência e de resistência, colocando em movimento o próprio viver.

Há sempre *possibilidade de vida*, é forçoso acreditar na capacidade vital dos seres humanos enquanto seres viventes modelando a sua própria *forma-de-vida*.

¹¹ ROSE, N. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013.

¹² AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Ao poder sobre a vida do biopoder, se responde com o poder da vida - a *biopotência*, isto é, a “potência política” intrínseca da vida¹³ na medida em que ela faz variar suas formas e inventa suas próprias dimensões de expressão.

O saber da bioética como *ética-da-vida* ou *aionética* busca a unidade resiliente da tríade indissociável *corpo-energia-mente*, resistindo por intermédio do *exercício de experiência ética* denominado PensArteCorpo, pautado na singularidade da *arte*, provocando práticas de liberdade ou a *invenção-de-si*.

Este é o nosso desafio: ser *biopotência* e produzir a *resistência* ao *biopoder*.

¹³ PELBART, PP. *Vida Capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2009.